

Uma concepção fraca de nacionalidade — observações sobre identidade e comunidade*

Parfit (1984, p. 445) diz que «as pessoas existem apenas da mesma maneira que as nações existem». Mas como é que as nações existem? A sua visão reconhecidamente «mais impessoal» das pessoas permite-lhe ainda dizer que «o que interessa é aquilo que nos torna pessoas» (*ibid.*, p. 446). O mesmo se pode dizer das nações, qualquer que seja a maneira como existam. O que interessa, neste caso, é o que faz de certas comunidades nações e o modo como isto se faz.

Há outra questão. Como se constrói e usa a concepção de nacionalidade de maneira a apoiar reivindicações e exigências feitas em nome da nação? Estas exigências pressionam e diminuem a autonomia pessoal dos cidadãos. Como é isto feito? Como é que funciona, sem ser pelo uso ou pela ameaça da força? E, quando não funciona, que espécie de fronteira é atravessada?

São grandes perguntas. Existem outras maneiras conexas de as colocar. Por exemplo, como é que uma coisa se torna «muito inglesa»? Que maneira de olhar as coisas faz que elas se tornem parte do «nosso modo de vida»? O que acontece nos corações ingleses quando ouvem o «Land of Hope and Glory» e como é que isso afecta o que eles fazem — tornará menos doloroso pagar impostos, ou fazer outros sacrifícios em favor dos seus compatriotas? O que é que une as pessoas, ou, melhor ainda, o que é que as faz sentirem-se unidas? Não haverá uma parte de nós que parece pertencer (mesmo que não o queiramos) a algo que nos é exterior? Até que ponto a nossa comunidade é parte desse mistério?

Eu acho que Parfit tem razão acerca da identidade pessoal («As pessoas não são, como erradamente acreditamos, fundamentais», *ibid.*, p. 445) e que os seus argumentos utilizam o pensamento liberal contemporâneo de uma maneira inovadora (por exemplo, ao enfraquecer as pretensões do individualismo). Não penso, no entanto, que a habitual distinção entre pessoa e nação (assim como a distinção entre individual e comunidade, entre o eu e o outro, etc.) seja suficientemente subtil para se pensar correctamente acerca de algumas das implicações políticas das ideias defendidas por Parfit.

Como se ligam as nossas vidas? O que significa ser-se leal ao próprio país, a solidariedade, a noção de comunidade, ou de «pertença», «dever», etc.? Como diz Raz (1986, p. 354), «Todas as formas sociais implicam

* Agradeço a Derek Parfit e a Joseph Raz os comentários a este trabalho.

modos de se ser leal ao projecto que definem» e «a lealdade é um estado caracterizado» (*ibid.*, p. 354). Porque é que é mais fácil, ou mais difícil, ser leal a diferentes projectos nacionais? Como é que isso me foi facilitado quando eu era uma criança? Por outras palavras, quanto da minha identidade se deve ao facto de ser português? Quanto daquilo que eu (e outros) considero ao definir a minha pessoa me foi previamente dado pela sociedade a que pertença? Terei eu, ou sentirei eu, um dever? Sentirei eu que existe uma dívida que deve ser paga? Quando nasci, nasci num mundo já repleto de coisas interessantes. Eu não podia sonhar ler sequer uma pequena parte de todos os livros interessantes que não escrevi. Não há dúvida de que estas coisas, tal como outras (a linguagem, a história, o modo de vida, etc.) me foram dadas. Como, e porquê, sinto eu que devo reembolsar a comunidade? Porque é que tudo isto não é tão estranho como parece?

Se eu respondo, quando um estrangeiro faz uma observação acerca de um traço invulgar meu, «Isso não é de mim, é porque sou português» (querendo dizer que num português é normal), que espécie de distinção se está a fazer? Quando demonstro surpresa ao ver um inglês cuspir para o passeio e ele responde: «Sou inglês, mas cuspo», quererá isto apenas dizer que ele reconhece que a grande maioria dos Ingleses não cospe? Porque é que a expressão *unamerican* faz sentido para tantos americanos e parece ridícula a nós, não americanos? Se as pessoas que me conhecem mal me identificam entre elas como «o português ruivo», o que é que esta descrição diz de mim? Quero dizer, alguma coisa para lá da mera descrição física, porque ser português ou ter qualquer outra nacionalidade distintiva, ou não ter nenhuma, significa alguma coisa. O quê? As concepções disponíveis («carácter nacional», as várias formas de «cultura», etc.) não fornecem uma resposta satisfatória porque enfatizam generalidades ditas comuns, partilhadas, consensuais, etc., que negam as diferenças sociais e individuais a um ponto inaceitável. Qualquer tentativa de definição de um português ou de um canadiano «típico» está condenada a ser imperfeita e falsa. Da mesma maneira, tentativas de caracterização mais vasta das culturas portuguesa ou canadiana não nos ajudariam a compreender o que significa para qualquer pessoa pertencer a uma comunidade.

Terei eu mais pena de um pedinte português do que de um pedinte canadiano? Fará esta questão sentido? Quando eu decido que donativos fazer a que instituições, será a minha decisão influenciada pela ideia de que «a caridade começa em casa»? A questão é mais útil quando consideramos casos semelhantes. Embora possa ser óbvio que a fome em África merece mais a minha ajuda do que os reformados no meu país, pareceria estranho que eu decidisse não os ajudar para poder ajudar os reformados da Turquia ou da Alemanha.

Muitas destas questões tornam-se mais claras ao imaginarmos situações em que a nacionalidade de cada um, o sentido de comunidade, etc., parecem ser mais notórios. Geralmente, um inglês em dificuldades no estrangeiro pode contar com mais ajuda de outro inglês do que de um alemão ou de um francês. É também verdade que, seja o que for que o «ser inglês» signifique, os Ingleses são mais facilmente descritos e definidos (distinguidos de outros grupos nacionais) quando olhamos uma comunidade de expatriados do que quando estão no seu próprio país. Poderá não ser ver-

dade que se tornam «mais ingleses», mas é verdade que o significado de «mais ingleses» é perfeitamente compreensível.

O nosso relacionamento com as outras pessoas, um amigo por exemplo, pode ser analisado da mesma maneira. O que significa dizer que tenho saudades do Jorge? De que maneira são os nossos amigos uma «parte» de nós, cuja ausência sentimos com desagrado ou tristeza? Expressões tais como «a minha cara-metade», ou expressões poéticas de dor em que se declara que a morte de pessoas amadas pode «matar» também aqueles que cá ficam, significam alguma coisa. As vidas das pessoas estão ligadas, tal como estão as nossas identidades. «Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és» não é tão pouco sensato como parece, porque a nossa visão de nós próprios deve muito às opiniões de outros que respeitamos. Parece certo dizer-se que quanto mais saudades se têm de alguém, mais se tem necessidade desse alguém e menos independente se é. Descobrimos muitas vezes que «Nunca compreendi o quanto X significava para mim até X ter partido». As nossas percepções do nosso país são agudizadas pelo exílio, da mesma maneira que os nossos sentimentos em relação às pessoas que conhecemos parecem ser determinados e mesmo medidos pela sua ausência prolongada.

Poucas pessoas estão dispostas a morrer pelo seu país, mas ficam menos surpreendidas quando alguém morre pelo seu país do que quando alguém morre por um país alheio. Da mesma maneira, pessoas que não se consideram de todo patrióticas facilmente condenam os traidores. É talvez mais fácil apercebermo-nos da pertença a uma comunidade em situações negativas, como são as situações de separação fortuita. Por outras palavras, o grau de proximidade das pessoas é mais nítido quando elas estão separadas, da mesma maneira que a separação entre as pessoas é mais nítida quando estão juntas. As lealdades são mais claras quando postas à prova (por exemplo, se é necessário optar entre elas). Eu não pertença (ou não sinto que pertença) a alguém com quem é divertido estar, mas de quem não tenho saudades, mas pertença (ou sinto que pertença) às pessoas de quem tenho saudades, mesmo que não goste tanto da sua companhia.

Considerando as gerações passadas e futuras, e esquecendo a visão do mundo por uns instantes, aqueles que morreram ou que ainda não nasceram no nosso país parecem mais próximos e prendem mais as nossas emoções do que os de países estrangeiros. Pode ser-se um homem do mundo, não dar importância à nacionalidade na nossa visão dos outros, e ainda assim sentir o chamamento do nosso país disfarçado como história ou como cultura. Eu posso não gostar do meu país e dos meus compatriotas e dizer mal deles entre estrangeiros; mas se esses estrangeiros exprimirem o mesmo desagrado e disserem igualmente mal deles, de alguma maneira não é o mesmo. Eu posso sentir que, por ser português, tenho uma espécie de «direito» (ou de desculpa) de denegrir o meu país (como consolação ou como vingança, por exemplo). Isto pode também acontecer na maneira como me permito ser extremamente crítico em relação a mim próprio, por causa da coincidência entre aquele que está a ser criticado e o crítico (e às vezes por causa da falta de público!). Se eu digo que sou egoísta, é menos doloroso do que se alguém disser que eu sou egoísta. Da mesma maneira, se hesito denegrir a Turquia à frente de um grupo de turcos (o que é natural), é porque assumo que isso os pode ofender.

Os outros fornecem-nos meios importantes, *fundamentais*, para que nos pensemos enquanto pessoas. Eu posso dizer: «As pessoas dizem que eu sou leviano, mas não sou», e continuar, ou tentar pensar em mim próprio como não leviano, e não como não «outra coisa qualquer». Se pessoas diferentes me surpreendem ao dizerem que tenho uma qualidade qualquer de que eu não suspeitava, especialmente se acho que não gostam de mim, posso começar a ver-me a essa luz. Isto não é dizer que os outros «influenciam» a minha opinião de mim próprio. Eu não posso ter qualquer opinião de mim próprio se depender apenas dos meus próprios olhos.

Se estou rodeado de amigos e de coisas familiares, posso dar-me ao luxo de sentir que sou «eu próprio». Sinto-me eu próprio e a minha personalidade torna-se mais nítida em contraste com os outros. (Um inglês no estrangeiro parece menos um indivíduo e mais um inglês. Em casa, é como se ele fosse mais livre de ser ele próprio, de ser «estrangeiro»). Se estou sozinho e dou por mim a ter saudades dos amigos, da família, do País, a minha dependência deles torna-se-me evidente. Se tenho saudades pela primeira vez na minha vida, pode ser a primeira vez que sinto que pertenço a uma comunidade. Prefiro ser uma parte dela do que ser atravancado com o meu *todo*, para lá do quão doentias as saudades podem ser.

Nestes momentos de dor, de solidão forçada, de exílio, nós sentimos menos a nossa individualidade — «Dava o meu braço direito para voltar à Inglaterra», querendo dizer uma parte importante de mim para ser parte de alguma coisa (o meu país) maior do que eu próprio. Parfit (*ibid.*, p. 451), ao examinar as consequências de se adoptar uma noção menos pretensiosa da nossa identidade pessoal, diz: «Faz que eu me preocupe menos com o meu futuro e com o facto de que morrerei um dia. Em comparação, eu preocupo-me agora mais com as vidas dos outros.» Isto é bom e é verdade.

No entanto, «outros» é muito vago, uma vez que algumas pessoas serão mais «outros» do que outras, e ninguém se pode preocupar igualmente acerca das vidas de todos os outros. Em situações em que somos privados das nossas companhias escolhidas (amigos, família e mesmo compatriotas), a nossa maior liberdade de agir nem sempre é uma maior liberdade. O nosso orgulho e a nossa sensação de sermos únicos são diminuídos quando sofremos a ausência de alguém que amamos. Torna-se mais fácil compreender que a nossa razão de viver não pode ser apenas a nossa vida — de outra maneira poderíamos viver sozinhos e tão bem como de outra maneira.

Eu digo: «Isso é mesmo teu» ou «Isso é mesmo meu», mas, enquanto tentativa de construir uma entidade convincente, é mais bem sucedida se eu der comigo a pensá-lo para comigo próprio. Quando Parfit (*ibid.*, p. 211) cita a comparação humana da alma a uma república ou a uma comunidade, somos levados a acreditar que a identidade pessoal não só não é fundamental, mas também nunca é clara. Torna-se difícil descrever os nossos traços distintivos. Talvez cada pessoa seja mais como uma multidão de percepções de pessoas, da qual é possível, em alturas diferentes, escolher eus (próprios). Cada um de nós tem tendência para pensar: «Eu sou uma pessoa complexa», e acha difícil resolver todas as contradições e chegar a uma autodescrição satisfatória. No entanto, não somos tão minuciosos com os outros. Não temos tempo, ou paciência, ou informação para os pensar tão profundamente. E todavia o seu carácter, aquilo que neles é

único, é mais visível para nós do que o nosso próprio carácter. Quando lhes dizemos como é que pensamos que eles são, as nossas descrições ficam impressas neles. O mesmo acontece quando nacionais pensam acerca de estrangeiros (utilizando estereótipos convenientes), em contraste com quando eles pensam acerca do seu próprio país.

As nações, como as pessoas, tentam chegar às suas entidades. Em muitos casos, a singularidade de um país pode significar apenas a sua teimosia em considerar um traço nacional como único («O país A é o único a descrever o seu povo como melancólico»). Se uma nação pretende conseguir adesão, deve ser convincente na apresentação da sua identidade — não tem de ser superior às outras nações, basta que seja diferente delas. É também verdade que nós adoptamos facilmente descrições simples de outras nações (quanto menos sabemos delas, mais fácil é), ao mesmo tempo que defendemos que a nossa nação é demasiado diversa e complexa para ser simplesmente descrita. Rimo-nos da «maneira como os outros nos vêem», tal como, presumivelmente, os outros se riem da maneira como nós os vemos. E, no entanto, é verdade que os países são demasiado grandes e multifacetados para serem significativamente descritos em termos de traços, atitudes, emoções, etc., que são comuns à sua população.

O que é que dá carácter a uma nação, se nos recusarmos a vê-la como uma pessoa em ponto grande? Ao viajar de um país para outro, sentimos que existem diferenças, mas elas parecem claras, devido mais à ignorância do que ao conhecimento. (Diz-se muitas vezes que os estrangeiros conseguem olhar o nosso país com um olhar distanciado e fresco, e assim compreendê-lo melhor do que nós, mas não é assim — nós todos temos opiniões de como são as famosas estrelas de cinema, mas sabemos tanto delas como elas de nós.) Existirá realmente um conjunto de valores comuns, de atitudes que cada membro de uma comunidade partilha, fés profundas e subjacentes e outros cimentos? Ou, se quebrarmos uma cultura de acordo com as habituais clivagens (classe, raça, religião, sexo, etc.) ou subculturas, negará isso a comunalidade? Tomemos por exemplo a questão do significado de ser inglês. É possível que cada homem e cada mulher inglesa tenham uma ideia diferente do que isso significa, mas o que interessa não é a diferença entre as ideias, mas o facto de existir um grupo de pessoas capaz de produzir ideias de «ser inglês». Por outras palavras, o que é partilhado é o objecto de pensamento, aquilo que exige uma descrição, e cuja descrição mais ou menos precisa ajudaria. O que é partilhado é a disponibilidade e a paciência para discutir o «ser inglês», a diversão e o choque que isto pode causar e a utilização de meios de expressão e de referência comuns. E isto não é pouco.

Digamos, por exemplo, que eu defino os Ingleses como uma nação de pessoas que lêem jornais. Eu aponto os números de tiragem e, na verdade, nenhuma outra nação compra tantos jornais *per capita*. Esta é a aproximação «nacional», ou «cultural». Outra pessoa ri-se e diz: «Sim, o que é que pessoas que lêem *The Sun* têm a ver com pessoas que lêem *The Guardian*?» Eu demonstraria os diferentes valores e atitudes contidos nesses dois jornais e diria, muito convincentemente, que o leitor de *The Guardian* teria mais que discutir ao jantar com o leitor francês do *Libération* do que com o leitor de *The Sun*. Esta é a aproximação «pessoal», ou «psicológica». O que pode descrever mais utilmente o relacionamento entre os Ingleses e

os seus jornais é a *escolha* de jornais que existe em Inglaterra (não existe nada como o *Libération*, da mesma maneira que em França não existe nada como *The Sun*) e o facto de os leitores de *The Sun* poderem ler coisas desagradáveis acerca de *The Guardian* no seu jornal diário e de os leitores de *The Guardian* poderem ler coisas desagradáveis no seu acerca de *The Sun*, embora eles não disputem os mesmos leitores. Aquilo que é partilhado é a exposição nos quiosques, o chamariz dos cabeçalhos dos outros, o facto de existir até um ponto significativo um *stock* comum de notícias que são consideradas de importância ou relevância nacional. Um leitor de *The Guardian* pode ler *The Sun* de uma maneira muito mais próxima do que qualquer francês, mesmo com uma perfeita compreensão do inglês. Embora possa não concordar com aquilo que lê, ele já foi forçado a compreendê-lo. As pessoas que comprem *The Guardian* estão deliberadamente a não comprar *The Sun*. Saber o que se está a ignorar não tem nada a ver com a ignorância.

As nações partilham conjuntos de referências, ou instrumentos de referência. As opiniões mais diversas e contraditórias são exprimidas, mas são todas reacções a um conjunto mais ou menos comum de entidades e de acontecimentos. *Como amigos que concordam em discordar, as nações discordam acerca de tópicos acordados*. Alguns assuntos são tão estranhos à discussão nacional como os traços de um estranho são para nós. Num caso extremo de exílio, digamos um leitor de *The Guardian* perdido numa selva equatorial, um velho exemplar de *The Sun*, na falta de qualquer outro jornal inglês, é mais «um jornal inglês» do que alguma vez parecia em casa.

Uma nação deve significar alguma coisa como «uma comunidade que por acaso utiliza o mesmo tipo de meios (língua, cultura, etc.) para avaliar o mesmo tipo de problemas e de coisas». Uma dessas coisas é a identidade da nação. Isto é mais bem visto, não como «a melhor», ou como «a prevalente» ou «a mais completa» definição. A identidade de uma nação será encontrada na maneira como nós podemos dizer que identidade de que nação está a tentar ser definida. Ao ouvirmos uma conversa entre ingleses com opiniões diferentes acerca da britanidade («Eles são atenciosos», «Não, não são»), é possível adivinhar de que nação eles estão a falar, embora não tenha sido mencionada.

Ao considerarmos o nosso próprio relacionamento com os nossos compatriotas, somos já parte de uma nação. *A comunidade é a soma das pessoas que pensam coisas diferentes acerca de elas próprias e das mesmas coisas de uma certa maneira*. Se queremos examinar a justiça distributiva que envolve a atitude de cada pessoa para com a sua comunidade, nos vários relacionamentos e graus que podem ser distinguidos, da amizade ou compaixão pelos nossos compatriotas mais infelizes à solidariedade social, consciência de classe ou orgulho nacional, então parece uma boa ideia pensarmos em como uma concepção fraca de identidade pessoal é completada pela sensação de pertença a uma comunidade. Eu sugiro que este inter-relacionamento ressalta mais em situações de separação fortuita. De certa maneira, isto é o mesmo que pôr duas questões: *a*) até que ponto se pode ir na tentativa de quebrar esses laços (a pergunta da formiga); *b*) até que ponto se pode ficar enredado neles (a pergunta do piloto *kamikaze*). De uma maneira mais geral, a questão é: «Como e porquê somos nós altruís-

tas, apesar de nós próprios?» É contra os meus interesses ter saudades, mas tenho. Seria melhor, intelectual e emocionalmente, ser um homem do mundo, mas não sou.

BIBLIOGRAFIA

PARFIT, Derek, *Reasons and Persons*, Londres, Oxford University Press, 1984.
RAZ, Joseph, *The Morality of Freedom*, Londres, Oxford University Press, 1986.